Hoje é 7 de setembro, final da “Semana da Pátria” brasileira, aquela invenção do positivismo da República Velha (1889-1930) que visa cultuar a pátria e os valores cívicos e enaltecer o papel do estado e dos grandes líderes nos rumos da nação, através dos seus “grandes feitos”.

É momento oportuno para refletir sobre Bernarda de Francisco Inácio, um fato histórico que, inserido no quadro geral, nos auxilia a perceber por que o “grito de independência” não aconteceu na capital, Rio de Janeiro, mas em um descampado às margens do riacho do Ipiranga, na então longínqua e pequena cidade de São Paulo.

Uma importante corrente da historiografia sobre o estado de São Paulo construiu uma interpretação que busca dar um papel de destaque a participação paulista na história pátria, já que ao longo do período colonial São Paulo esteve à margem do processo histórico.

A historiografia paulista aludida procura, então, inserir São Paulo na história do Brasil através de processos como o bandeirantismo (em que grupos de mestiços se embrenhavam pelo sertão em busca de ervas, índios e ouro, esgarçando as fronteiras do país), ou de fatos mais triviais, como o envio de tropas – chamadas pelo governo provincial de “Leais Paulistanos” – ao Rio de Janeiro a pedido do príncipe D. Pedro.

Também nesse rol de ações de um pseudo protagonismo paulista durante a Colônia, há o caso da recusa de Amador Bueno, em 1641, ao convite para ser rei (que teria sido feito por pessoas de origem espanhola, desgostosas em ser governadas por um soberano português após sessenta anos de domínio espanhol). Este episódio, mais uma vez, demosntraria a inserção de São Paulo na história brasileira através da lealdade à coroa.

Mas o caso mais marcante da participação paulista na história brasileira aconteceu exatamente naquela que hoje é uma das principais datas comemorativas da Nação, o 7 de setembro, Dia da Independência, transformando-se no ápice do processo de “paulistização” da história brasileira.

O historiador Afonso d’Escragnolle Taunay, um dos principais formuladores desta historiografia apologética, afirma que São Paulo foi a primeira sede do Império brasileiro, pois aqui pernoitou D. Pedro após decretar a independência, em que pese que a coroação tenha acontecido apenas em dezembro de 1822.

É no processo de independência que se insere a Bernarda de Francisco Inácio, deflagrada em 23 de maio de 1822, na capital da província. A Bernarda foi resultado de disputas entre dois grupos que compartilhavam o governo provisório da província: de um lado o grupo liderado por João Carlos Augusto de Oeynhausen (à altura presidente da junta de governo paulista) e coronel Francisco Inácio de Sousa Queirós. De outro lado estavam os irmãos Andrada – José Bonifácio e Martim Francisco (que fazia parte do governo provisório de São Paulo) – e o Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão.

O estopim da revolta é a convocação de Oeynhausen e Francisco Inácio para comparecerem perante o d. Pedro no Rio de Janeiro, o que então levaria Martim Francisco à presidência da Junta, a contrariar o grupo adversário. Hipótese aceita entre estudiosos é que Oeynhausen tenha sido chamado ao Rio de Janeiro por instância de José Bonifácio, inspirado por Martim Francisco, já a objetivar a alçada de Martim à chefia do governo provisório.

No dia 23 de maio Francisco Inácio mobiliza parte da população no largo de São Gonçalo (atual Praça João Mendes), depondo Martim Francisco e a manter Oeynhausen à frente da junta, em desacordo com as ordens da Corte. D. Pedro desmobiliza a Bernarda e cassa o governo provisório.

Os desdobramentos da Bernarda acabaram por trazer o regente à província rebelde, onde esteve na capital e em Santos – cidade litorânea de importância estratégica, tanto política (era a cidade dos irmãos Andrada) como militar (abrigava importante forte) -, pois ali houvera enforcamento de 12 soldados que pleitearam a equiparação de soldos com os portugueses, a ter a condenação dos envolvidos causado comoção na população local.

A comitiva retornava à capital da província em 7 de setembro, quando, em parada motivada por uma indisposição estomacal do príncipe, recebe mensageiros cariocas que trazem correio a dar conta de pressões portuguesas pelo retorno do regente a Portugal, o que significava o retorno do Brasil à condição de colônia lusa.

Diante das circunstâncias, D. Pedro proclama a independência brazuca, o que, por acaso, aconteceu em São Paulo. A decretação formal da Independência havia sido assinada pela Princesa Leopoldina em 2 de setembro, como regente provisória, posto que lhe havia sido dado pelo príncipe em 13 de agosto, por conta de sua partida para São Paulo. Conforme determinava a liturgia lusa, D. Pedro foi aclamado Imperador em 12 de outubro de 1822, no Rio de Janeiro, e coroado em 1º de dezembro do mesmo ano, na capital do Imperio.

Nota:

* O termo “bernarda”, atualmente em desuso, designa uma insurreição armada, uma sedição, e deriva-se da “Revolta da Maria Bernarda”, ocorrida em Braga em 15 de Setembro de 1862, a ser uma das várias revoltas por questões políticas e fiscais ocorridas em Portugal no início da década de 1860. Não há evidência histórica da existência real de Maria Bernarda, pois à altura e naquela região nomeava-se revoltas populares com nomes femininos.

Bibliografia:

AMARAL, Antonio Barreto do. (1980). *Dicionário de história de São Paulo*. Governo do Estado.

LEONZO, Nanci. (1982). Um motim e uma polémica. A propósito da “Bernarda” de Francisco Inácio. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. (24).

TAUNAY, Affonso de Escragnolle. (2004) *História da cidade de São Paulo*. Brasília: Senado Federal.

_____ (1954). *Velho São Paulo*: Colégio, Sé, Paço. Melhoramentos.

Fonte da imagem:

https://www.jornaldaorla.com.br/arquivos/noticia/750×340/2020_6_15_11_47_19_9860.jpg